



XVII ENANPUR

SÃO PAULO • 2017



Agronegócio globalizado e (re)estruturação urbano-regional

Agrobusiness mondialisé et restructuration
urbaine-régionale

Denise Elias, UECE, deniseliasgeo@gmail.com

RESUMO

A reestruturação econômica que caracteriza o período histórico atual atinge também a agropecuária e resulta na difusão do agronegócio globalizado no Brasil. Tais processos estão no âmago da explicação de muitas novas dinâmicas socioespaciais e são responsáveis pela reestruturação do espaço agrícola, urbano e regional em várias partes do país. Como resultados, poderíamos destacar: o aumento da densidade técnica-científica-informacional no espaço agrícola; nova distribuição de funções produtivas pelo território; difusão de especializações produtivas; intensificação da divisão social e territorial do trabalho; novas relações campo-cidade; intensificação da urbanização da sociedade e do território; reestruturação urbana e regional, entre outros. Entre os principais objetivos nesse projeto destacamos: avançar nos estudos sobre as novas tendências da urbanização brasileira a partir do agronegócio globalizado; compreender os processos de reestruturação urbana e regional no âmago da regionalização promovida pelo agronegócio; debater a noção de região produtiva do agronegócio; apresentar os elementos de identificação e caracterização da mencionada região; trazer o debate para a comunidade acadêmica no intuito de avançar nas formulações da noção exposta com vistas a aperfeiçoar o caminho analítico que vem sendo trilhado; incrementar a noção no contexto dos estudos geográficos atuais, na perspectiva de uma possível consolidação conceitual dessa ideia.

Palavras-chave: Agronegócio globalizado; Relações campo-cidade; Regiões produtivas do agronegócio; Brasil.

RÉSUMÉ

La restructuration économique qui caractérise la période historique actuelle touche aussi l'agriculture, résultat de la diffusion de l'agrobusiness mondialisé au Brésil. De tels processus sont au cœur de l'explication de beaucoup de nouvelles dynamiques socio-spatiales et sont responsables de la restructuration de l'espace agricole, urbain et régional dans de nombreuses parties du pays. Cela mène à différentes conséquences, parmi lesquelles: l'augmentation de la densité technico-scientifique-informationnelle dans l'espace agricole; une nouvelle distribution de fonctions productives sur le territoire; une accentuation de spécialisations productives; une intensification de la division social et territoriale du travail; de nouvelles relations ville-campagne; une intensification de l'urbanisation de la société et du territoire; une restructuration urbaine et régionale, entre autres. Parmi les principaux objectifs de ce projet, nous distinguons: avancer dans les études sur les nouvelles tendances de l'urbanisation brésilienne à partir de l'agrobusiness mondialisé; comprendre les processus de restructuration urbaine et régionale au cœur de la régionalisation promu par l'agrobusiness; débattre de la notion de Région productive de l'agrobusiness; présenter les éléments d'identification et de caractérisation de la région mentionnée; alimenter le débat dans les communautés académiques en vue d'avancer dans les formulations de la notion de RPA exposée, afin de perfectionner le long et sinueux chemin analytique; travailler la notion dans le contexte des études géographiques actuelles, dans la perspective d'une possible consolidation conceptuelle de cette idée.

Mots-clés: L'agrobusiness mondialisé; Relations ville-campagne; Régions productives de l'agrobusiness; Brésil.

APRESENTAÇÃO

O argumento central do presente texto é discutir os processos de (re)estruturação urbano-regional relacionados à difusão do agronegócio globalizado. Buscamos sistematizar temas e processos com os quais trabalhamos nos últimos anos a partir de um olhar sobre a realidade da agropecuária brasileira, marcada pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pelo capital financeiro.

O artigo é composto por quatro seções, além das palavras finais e das referências. A primeira seção tem por objetivo fazer uma brevíssima caracterização do que entendemos por agronegócio globalizado, tendo como objetivo a busca por uma visão crítica sobre o mesmo. Na segunda apresentamos tese que temos defendido nas últimas duas décadas, qual seja, a de que o modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária preconizado com a mundialização financeira associa-se a parte importante da urbanização em várias partes do Brasil, assim como à inúmeros processos de (re)estruturação urbano-regional e muitas novas relações entre o campo e a cidade, notadamente desde os anos 1980. Entre os resultados com tais processos, temos a configuração de novas regionalizações, as quais temos classificado de regiões produtivas do agronegócio, que são o foco principal da seção três. Por último, discutimos a rede urbana funcional ao agronegócio globalizado, na seção quatro.

O QUE ENTENDEMOS POR AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO

Parece-nos importante começar caracterizando, mesmo que muito brevemente, o que entendemos por agronegócio globalizado, notadamente considerando os principais agentes e processos associados à sua difusão no Brasil. Até mesmo porque embora hoje seja utilizada de forma indiscriminada, faz cerca de duas décadas que a palavra passou a ter uso corrente no país. Mas, apesar de sua pouca idade, já assume caráter polissêmico, carregada de ideologia e mitos. Isto reforça a necessidade de apresentarmos alguns elementos de argumentação para a busca de uma visão crítica sobre o mesmo.

Ricardo Antunes destaca que o capitalismo em sua fase atual está ancorado em um tripé destrutivo baseado na reestruturação produtiva, no neoliberalismo, sob o comando do capital financeiro.¹ Diríamos que é neste mesmo tripé que estão ancoradas as metamorfoses da atividade agropecuária brasileira das últimas décadas, as quais culminam no que hoje se convencionou chamar de agronegócio.

Como a própria palavra deixa explícito (agro + negócio), entre os seus principais objetivos está a obtenção de lucro e renda da terra, com a produção de muitas novas mercadorias voltadas ao mercado urbano, nacional e internacional, de alimentos, de commodities e de agrocombustíveis. Levando em conta os principais fatores de produção da atividade agropecuária, teríamos, entre as características de sua reestruturação produtiva, o capital e a tecnologia intensivos, especialmente buscando relativizar um dos principais problemas para a acumulação ampliada no setor, qual seja, a significativa diferença entre o tempo de produção sempre superior ao tempo de trabalho.

Para isto, houve grandes investimentos para a transformação das forças produtivas do setor, com a adoção de alguns pacotes tecnológicos² fortemente alicerçados na ciência, tecnologia e

¹ Palestra proferida na PUC Rio de Janeiro, no dia 24 de outubro de 2016.

² Conjunto de insumos, equipamentos, serviços tais como sementes selecionadas, agrotóxicos, insumos químicos, tratores, colheitadeiras, pesquisa agropecuária, entre muitos outros.

informação, reestruturando os sistemas técnicos agrícolas, difundindo um padrão estandardizado de produção. Estes têm promovido, ao mesmo tempo, grandes aumentos de produtividade e de produção, assim como a ocupação mais intensiva da terra, mesmo daquelas que até então se mostravam pouco propícias para a realização da atividade agropecuária em moldes capitalistas, mas que com as novas forças produtivas se tornam passíveis de serem inseridas a mesma.

Como agentes principais do agronegócio globalizado temos as empresas, sejam agrícolas, agroindustriais, grandes corporações agroalimentares, agroquímicas, incluindo os principais agentes do capitalismo contemporâneo, ou seja, o capital financeiro através de vários de seus instrumentos, incluindo os fundos de investimentos, acirrando o processo de financeirização da agropecuária, que inclui a abertura de capitais de várias empresas do agronegócio na bolsa de valores. Faz-se mister destacar, também, que só é possível compreender a dinâmica de produção e acumulação do agronegócio globalizado englobando também os agentes que já atuavam no setor, tais como os proprietários de terra, os agricultores etc.

Não podemos deixar de citar o papel do Estado como agente para a consolidação do agronegócio globalizado. Apoiou e apoia todas as transformações, seja através de políticas econômicas gerais e de estratégias de crescimento agrícola – política econômica externa, política monetária, política de controle de preços agrícolas, como também mediante políticas explícitas de fomento agrícola (financiamento rural, tecnológica e fundiária), tentando abranger todos os níveis envolvidos com a modernização do setor, como já tão bem destacou Delgado (1985), ainda na década de 1980.

No que tange a terra, promove-se verdadeira apropriação da natureza pelos principais agentes do agronegócio. Nas palavras de Oliveira (2004) teríamos tanto a territorialização do capital no espaço agrário, quanto a monopolização do território pelo capital. Desta forma, a terra transforma-se, cada vez mais, de terra de trabalho em terra de negócio, como já destacou Martins (1980), aumentando ainda mais a concentração fundiária e o tamanho das propriedades na qual o agronegócio se realiza.

Entre os processos relacionados temos a dispersão espacial da produção agropecuária, com a ocupação de muitas novas extensões de terras, estendendo sobremaneira a fronteira agrícola, nas quais se dá intensa substituição das vocações naturais pelas imposições econômicas,³ que troca a produção de alimentos pela de commodities, afetando as formas de uso e ocupação do espaço agrícola. Paralelamente, difundem-se as especializações territoriais produtivas e, conseqüentemente, ocorre uma intensificação da divisão social e territorial do trabalho.

Entre os exemplos mais emblemáticos de alguns destes processos temos a ocupação do Centro-Oeste com grãos, especialmente soja, e, mais recentemente também do Semiárido nordestino, assim como da Amazônia, incluindo muitas matas e florestas naturais que deveriam ser de proteção permanente, propagando-se a erosão genética com significativa diminuição da biodiversidade.

Promovem-se, entre outros, significativas transformações das relações sociais de produção, com a expulsão e expropriação de milhares de pequenos agricultores, quilombolas, ribeirinhos, geraizeiros, indígenas entre outros que há séculos tinham parte da sua sobrevivência baseada em diversas atividades extrativistas e de pequena produção, com modos de vida marcados pela forte

³ Isto faz com que, por exemplo, em pleno Semiárido cearense, que atravessa seu quinto ano de seca, tenha como terceiro mais importante produto da pauta de exportações, frutas tropicais (especialmente melão), exportadas para vários países do mundo.

vinculação com a natureza. Muitos saberes e fazeres historicamente construídos por estas populações vem sendo disseminados, da mesma forma que a super exploração do trabalho é difundida.⁴

Outra característica basilar do agronegócio e símbolo do acirramento da divisão do trabalho e da especialização do setor é sua interdependência com os vários outros setores econômicos, consolidando-se verdadeiras redes agroindustriais (SILVEIRA, 2005), que incluem a produção agropecuária propriamente dita, a produção industrial, seja a que produz os bens de produção para a agropecuária⁵, seja a que transforma a produção agropecuária⁶, assim como os setores de comércio e de serviços, uma vez que o agronegócio requer uma grande quantidade de produtos e serviços especializados.⁷

Assim, para dar conta do agronegócio globalizado faz-se necessário a realização de estudos de caráter intersetorial, levando em conta não só a atividade agropecuária propriamente dita, mas também a industrial, a comercial, a de serviços etc. Da mesma forma, evidencia-se a demanda por considerar a produção em rede, englobando desde as áreas de produção agropecuária propriamente ditas, além de todos os fluxos, sistemas de objetos e sistemas de ação associados⁸, distribuídos por diferentes países em várias partes do planeta.

Evidencia-se, entre outros, que o agronegócio globalizado não se realiza somente no campo, mas se dá em uníssono com o espaço e a economia urbanas em vários extratos da rede urbana. Da mesma forma, extrapola a escala do lugar, da região ou do país, uma vez que seus circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação só se complementam associando diferentes partes do mundo. Isto já evidencia, então, que não é possível entender o agronegócio globalizado sem a realização de estudos multiescalares.

A cidade, de diferentes extratos, é um nó fundamental da rede de relações econômicas, sociais, políticas e territoriais do agronegócio. É na cidade, dentro e fora do país, que se dá a gestão do agronegócio, a elaboração das normas, onde se localizam as sedes das grandes corporações que dominam o agronegócio. É onde estão as indústrias que produzem as máquinas e implementos agrícolas, os insumos, onde moram os trabalhadores, sejam os especializados, sejam os braçais, onde estão os bancos, as bolsas de valores etc.

A cidade tem papel de destaque na divisão social e territorial do trabalho do agronegócio, representando um papel fundamental para sua consolidação. Desta forma, a difusão do agronegócio globalizado envolve um conjunto cada vez mais numeroso e complexo de relações entre o campo e a cidade, incluídas as metrópoles. Assim, não compõe somente o campo ou mundo rural, mas requer uma relação intrínseca, complementar e contraditória com o urbano.

⁴ O corte da cana-de-açúcar é hoje um dos maiores exemplos da super exploração do trabalho no campo brasileiro. No final da década de 1970 um boia fria cortava cerca de 3,5 toneladas/dia. Nos dias atuais, este percentual chega a algo entorno de 12 e 15 toneladas/dia.

⁵ Sementes selecionadas, máquinas agrícolas, insumos químicos, rações, vacinas veterinárias, pesquisa agropecuária etc.

⁶ As agroindústrias, tais como indústria de alimentos, bebidas etc.

⁷ A gama de produtos e serviços é extensa: casa de venda de insumos químicos, laboratórios de pesquisa biotecnológica, serviços de marketing, logística, exportação, aviação aérea, empresas de aluguel de tratores, de contratação de mão de obra etc.

⁸ Sobre sistemas de objetos e sistemas de ação ver Santos, 1996.

Por fim, para finalizar esta brevíssima apresentação do que entendemos como agronegócio globalizado, é importante encerrarmos recapitulando tese que defendemos há cerca de três décadas (ELIAS, 1996, 2006, 2008, 2015), qual seja, a de que o modelo econômico, social, político e territorial de produção agropecuária preconizado com a mundialização financeira associa-se a parte importante da urbanização em várias partes do Brasil, assim como a inúmeros processos de (re)estruturação urbano-regional e muitas novas relações entre o campo e a cidade, notadamente desde os anos 1980. Será a alguns destes processos que dedicaremos as próximas seções.

AGRONEGÓCIO, URBANIZAÇÃO E REGIONALIZAÇÃO

Nesta seção discutiremos a tese segundo a qual é possível identificar municípios e regiões no Brasil cuja intensificação da urbanização, assim como a constituição de novas regionalizações, se deve diretamente à consecução e à expansão do agronegócio globalizado. Em face do seu caráter espacialmente seletivo, socialmente excludente e ambientalmente insustentável, a reestruturação produtiva da agropecuária acirra a divisão social e territorial do trabalho. Concomitantemente, processam-se a fragmentação do espaço agrícola, o incremento da urbanização, assim como novas regionalizações. A busca de explicações de tais processos nos leva a considerar a forte integração da atividade agropecuária aos circuitos da economia urbana, desenvolvendo-se uma extensa gama de novas relações entre o espaço agrícola racionalizado e os espaços urbanos próximos. Essas relações se dão atreladas às demandas produtivas de serviços e produtos especializados por parte das empresas relacionadas ao agronegócio, assim como para o armazenamento e escoamento da produção.

Dessa forma, o agronegócio globalizado desempenha um papel fundamental para a intensificação da urbanização e para o crescimento de cidades locais e de porte médio, fortalecendo-as em termos demográficos e econômicos. Nessas cidades se realiza parte da materialização das condições gerais de reprodução do capital do agronegócio globalizado, quando elas passam a exercer novas funções e a compor importantes nós, pontos ou manchas do agronegócio, a partir das quais fornecem parte da mão de obra (especializada e braçal), dos recursos financeiros, dos insumos químicos, das máquinas agrícolas e da assistência técnica agropecuária, dinamizando a economia urbana e a reorganização urbano-regional.

Quanto mais dinâmico for o agronegócio e quanto mais globalizados forem os seus circuitos espaciais da produção e seus círculos de cooperação (SANTOS, 1986, 1993), maiores e mais emaranhadas se tornam as relações entre campo e cidade inseridos em regiões agrícolas. Assim, a difusão do agronegócio explica, em parte, a expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) e a urbanização em diferentes áreas do país. Tais fatos estão entre os que competem para que a urbanização brasileira deixasse de ser predominantemente litorânea, como o foi durante séculos, desencadeando transformações nas áreas antes não consideradas para produções agrícolas mais intensivas, tais como partes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste, nas quais se expande a produção de grãos, de gado, de frutas tropicais, de cana-de-açúcar desde a década de 1980.

Em virtude de se organizar para atender às demandas do agronegócio globalizado, novos fixos artificiais se sobrepõem à natureza em parte dos espaços agrícolas (armazéns, silos, indústrias de processamento, terminais de carga, escritórios das empresas agrícolas, centros de capacitação, alojamentos para trabalhadores agrícolas, *packinghouses*), (re)produzindo esses espaços e ampliando a

complexidade dos seus sistemas de objetos. O resultado é uma remodelação desses espaços que se tornam cada vez mais rígidos, mais rugosos.

Como a gestão desse agronegócio necessita da sociabilidade e dos espaços urbanos, o mesmo ocorre nos espaços urbanos próximos, o que explica em parte a interiorização da urbanização, promovida pelas novas relações estabelecidas entre o campo e as cidades, desencadeadas pelas demandas por parte do agronegócio, de produtos e serviços especializados, incrementando o consumo produtivo (SANTOS, 1988) do agronegócio (ELIAS, 2003; ELIAS e PEQUENO, 2010). Isso constitui parte da explicação da reestruturação do território e da organização de um novo sistema urbano brasileiro, muito mais complexo do que há trinta ou quarenta anos, invalidando parte das explicações sobre a rede urbana e a hierarquia urbana (cidades maiores tendo as menores como tributárias) que valiam até então.

Em todas as áreas de expansão do agronegócio no Brasil é visível o crescimento da urbanização e de aglomerados urbanos, assim como a subdivisão e criação de novos municípios, tanto em áreas que já se destacavam pela produção agrícola como nas regiões Sul e Sudeste, quanto nas áreas mais recentemente ocupadas com tal tipo de produção. São várias as cidades classificadas como pequenas ou de porte médio⁹ que têm parte de sua economia associada a alguma produção agrícola e/ou agroindustrial, compondo exemplos de desenvolvimento urbano vinculado ao agronegócio.

Tal situação se dá, principalmente, porque o agronegócio tem o poder de impor especializações territoriais mais profundas, aproximando-nos do que Santos (1988, 1993, 1996, 2000) chamou de produção de espaços corporativos, onde as empresas (re)produzem o espaço ao sabor de suas necessidades. Assim, as demandas das produções agrícolas e agroindustriais intensivas têm o poder de adaptar os espaços próximos, sejam agrícolas sejam urbanos, às suas necessidades.

Muitas atividades disseminam-se por todas as áreas de difusão do agronegócio globalizado, podendo-se citar: as casas de comércio de implementos agrícolas, de sementes, grãos, fertilizantes; os escritórios de *marketing*, de consultoria contábil; os centros de pesquisa biotecnológica; as empresas de assistência técnica, de transportes de carga; os serviços do especialista em engenharia genética, veterinária, meteorologia, agronomia, economia, administração pública; os cursos técnicos de nível médio; os cursos superiores voltados ao agronegócio. Isso aponta que parte do processo produtivo dessas atividades, incluindo sua gestão, é urbana. Nas áreas em que o agronegócio mais rapidamente e há mais tempo se propaga, são surpreendentes a diversidade e o grau de complexidade dos produtos e serviços aos quais é possível ter acesso. Poderíamos exemplificar com o caso da Região de Ribeirão Preto (SP), uma das mais antigas do agronegócio globalizado do estado de São Paulo, associada à produção e transformação industrial da cana-de-açúcar e de suco de laranja. Ainda no início da década de 1980, uma filial do escritório da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), até então restrito às principais capitais do país, instalou-se na cidade homônima.¹⁰

O crescimento da produção não-material nos espaços urbanos não metropolitanos nas áreas de difusão do agronegócio deve-se ainda ao crescimento populacional e à revolução do consumo,

⁹ Sobre a discussão de cidades médias indicamos os trabalhos de Maria Encarnação Sposito, 2010a, 2010b.

¹⁰ Para uma leitura sobre o agronegócio e a respectiva relação com a urbanização da Região de Ribeirão Preto, pode ser visto Elias, 2003.

esta última erigida sob os auspícios do consumo de massa, multiplicando o número de estabelecimentos comerciais e de serviços de uma gama de ramos.

Os elementos estruturantes do incremento dessas relações campo-cidade, assim como do crescimento da população urbana, podem ser encontrados também, como já citamos, na forma de apropriação privada da terra, resultando na expulsão dos que não detêm a propriedade da terra e originando fortes movimentos de êxodo rural, de forma maciça nas décadas de 1960, 1970. Essas ocorrências acontecem especialmente nas regiões Sudeste e Sul num primeiro momento, mas também nas demais regiões nas décadas seguintes, caracterizando processos de migração inter e intrarregional.

Por outro lado, a partir da década de 1980, passam a ocorrer também movimentos distintos de migração, tais como a da mão de obra especializada para operar o agronegócio, oriunda muitas vezes das metrópoles, que migra para as áreas de difusão do agronegócio. Esse fato marca uma nova dinâmica populacional, quando milhares de trabalhadores especializados migram das metrópoles do país para algumas das cidades médias ou pequenas mas que passam por dinamismo econômico. Essa realidade aponta também o incremento das relações assalariadas na atividade agropecuária.

Os fenômenos da macrourbanização e de metropolização, características do processo de urbanização brasileira desde os anos 1960, como os processos da dispersão espacial da produção – entre elas do agronegócio – e da especialização produtiva do território fazem com que, a partir da década de 1980, difundam-se e cresçam também as cidades de porte médio e pequenas, tornando mais densa e complexa a rede urbana brasileira, uma vez que aumentam os fatores de dispersão e igualmente os de concentração.

Entre os resultados dos processos supracitados, temos uma significativa remodelação do território e a organização de novo sistema urbano, assim como a formação de novas regionalizações. Para o caso presente, processa-se, em última instância, a produção de regiões especializadas e corporativas concernentes ao agronegócio globalizado, as quais temos chamado de regiões produtivas do agronegócio (RPAs) (ELIAS, 2006, 2013, 2015). Trata-se de uma noção em construção, trabalhada no intuito de evidenciar as dinâmicas socioespaciais oriundas de tais atividades. Visando melhor caracterizar o que estamos chamando de região produtiva do agronegócio, dedicaremos a próxima seção a esta discussão.

REGIÕES PRODUTIVAS DO AGRONEGÓCIO

Julgamos relevante destacar o que estamos chamando de regiões produtivas do agronegócio (RPA). Nessa seção buscaremos esclarecer alguns dos seus fundamentos, porquanto se trata de uma noção em construção, trabalhada no intuito de evidenciar algumas das dinâmicas socioespaciais oriundas do agronegócio globalizado.

Diante das demandas da produção agropecuária globalizada, na nossa ótica, a RPA é um recorte espacial formado por modernos espaços agrícolas, extremamente racionalizados, e por espaços urbanos não metropolitanos (especialmente cidades pequenas, mas também cidades médias). Estes subespaços, em forte e permanente simbiose e metamorfose, formam nós, pontos ou manchas do agronegócio globalizado e são perpassados pelos circuitos espaciais de produção e pelos círculos de cooperação (SANTOS, 1986, 1993, 1996) de importantes *commodities* ou outras produções agropecuárias. Isso ocorre tanto nas fronteiras agrícolas, as quais gostamos de chamar

de lugares de reserva,¹¹ inseridos mais recentemente ao agronegócio globalizado passíveis de serem exemplificados sobretudo a partir de casos nas regiões Norte e Nordeste e partes do Centro-Oeste, quanto nas regiões agrícolas há mais tempo integradas ao circuitos espaciais da economia do agronegócio,¹² fortemente concentradas nas regiões Sudeste e Sul.

As RPAs seriam as áreas detentoras dos mais expressivos investimentos produtivos, públicos e privados, inerentes ao agronegócio globalizado. Elas representam suas regiões mais competitivas, onde se encontram partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de *commodities* agrícolas, que evidenciam a dinâmica territorial do agronegócio. Nas RPAs, as grandes corporações são os principais agentes produtores do espaço agrícola, urbano e regional.

Juntamente com as mudanças das formas de uso e ocupação do espaço agrícola, as relações campo-cidade e a urbanização se intensificam, dadas as transformações ocorridas nas condições sociais e técnicas da estrutura agrária - sobretudo da concentração da estrutura fundiária, as mudanças nos regimes de exploração do solo e de relações de trabalho, bem como o conjunto de técnicas e métodos adotados na produção agrícola e na pecuária -, uma vez que o agronegócio necessita também de processos ocorridos no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais a este agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão local e regional dessa atividade .

Determinados processos agem tanto como causa quanto como efeito da formação das RPAs. Desse modo, ampliam a dialética na organização do espaço brasileiro, evidenciando significativas fragmentações deste espaço, com permanentes processos de (re)estruturação urbano-regional. Tal realidade acirra a refuncionalização dessas regiões e leva à difusão de especializações territoriais produtivas, denotando-se inúmeras seletividades, seja da organização da produção, seja da dinâmica dos respectivos espaços. Em última instância, as RPAs são áreas especializadas e corporativas,¹³ meras regiões do fazer (SANTOS, 1993) concernentes ao agronegócio globalizado. Portanto, entendemos que as RPAs são os novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais.

As mencionadas regiões constituem frações do espaço total do agronegócio globalizado, com predomínio dos circuitos locais e regionais, cada vez mais abertas às influências exógenas e aos novos signos do período atual. Existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão baseada em racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento de sua existência e definição. Diante disso, a RPA é resultado do impacto das forças externas/modernizantes e da capacidade de suas virtualidades, lugar funcional do agronegócio globalizado onde se realiza, em especial, a produção agropecuária propriamente dita. Como objeto e sujeito da economia globalizada, é um espaço que nada mais tem de autônomo, de modo que, não fechado sobre si mesmo nem independente do restante do mundo, ao contrário, com o qual interage permanentemente para a renovação tecnológica, para a complementação da produção e, em última instância, para a acumulação ampliada do capital do agronegócio.

¹¹ Embora mais comumente chamados de fronteira agrícola, utilizamos lugares de reserva com base na noção utilizada por Santos, 1993.

¹² Empregamos a expressão de acordo com a mesma teoria que embasa o que Santos (1979) chama de os dois circuitos da economia urbana, transpondo-a para o caso da economia do agronegócio.

¹³ Sobre espaço corporativo ver Santos (1993) e Elias (2003).

Como o agronegócio globalizado se realiza sob a dialética entre a ordem global e a ordem local, as RPAs estão ligadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível nacional e mundial, com as quais as escalas local e regional se articulam permanentemente, e o território se organiza com base em imposições do mercado, comandado por grandes empresas e corporações nacionais e multinacionais. Desse modo, novos espaços de fluxos rápidos, inerentes às empresas agrícolas e agroindustriais, surgem nestas regiões, onde as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades.¹⁴ Mas, em contrapartida, as horizontalidades são extremamente difundidas, haja vista a expansão das atividades econômicas, pelo aumento da população e do mercado de trabalho, pela chegada dos novos agentes econômicos representativos das atividades modernas, pelos inúmeros e diários fluxos de matéria e de informação etc.¹⁵

É fundamental, neste ponto, destacar que as RPAs em nada lembram a forma mais clássica inerente ao conceito de região, como foi por longo período entendido e trabalhado pela Geografia. Segundo essa acepção, uma região seria dotada de certa autonomia, independente das relações com o restante do país e com o sistema mundial, assim como marcada por certa imobilidade dos fatores de produção, muito fechada em si mesma.

Longe da solidariedade orgânica que era o próprio cerne da definição do fenômeno regional, as RPAs devem ser estudadas como lugares funcionais de circuitos espaciais da produção e de círculos de cooperação da produção de importantes *commodities*, cada vez menos resistentes às ingerências exógenas e aos novos signos do período histórico atual, comandados por algumas empresas hegemônicas do setor, tornando-se regiões do fazer do agronegócio globalizado.

Concordamos com Santos (1994; 1988), para quem os lugares nunca foram tão distintos uns dos outros, visto que o tempo acelerado, ao acentuar a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares. O mesmo vale para estudarmos as Regiões Produtivas do Agronegócio, pois também denotam muitas diferenças entre si, sobretudo porque cada *commodity* possui suas próprias exigências de insumos químicos, serviços, força de trabalho, tecnologia, capital, maquinário etc., o que resulta em arranjos territoriais produtivos distintos.¹⁶

Naturalmente, as RPAs abarcam somente uma parte dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação do agronegócio globalizado, notadamente os locais e regionais. Os demais só podem ser visualizados quando se consideraram todas as etapas do processo produtivo da *commodity* a ser estudada, pois muitos deles não se dão na RPA ou mesmo no país. Basta lembrarmos, por exemplo, que a maior parte das *commodities* tem como destino o mercado internacional. Logo, tais regiões são um lugar funcional do agronegócio globalizado, com

¹⁴ Sobre verticalidades e horizontalidades ver Santos (1996).

¹⁵ Segundo Santos (1993, p. 115) "[...] o território nacional da modernidade é objeto de dois tipos de recorte. De um lado, recriam-se subespaços mediante nova regionalização, que tanto pode ser o fato de produções homogêneas que colonizam e definem uma fração do espaço com base em uma mesma atividade ou de uma combinação de atividades, como pode provir de relações necessárias entre o núcleo e o seu entorno imediato. Em ambos esses casos, a área resultante é contínua. É a nova forma do velho fenômeno de região. [...] Neste caso, onde o espaço é contínuo, trata-se de um recorte horizontal do espaço total. [...] As tarefas técnicas predominam, ligadas, direta ou indiretamente, ao processo direto de produção. Nesse sentido, diremos que a região deixa de ser produto de solidariedade orgânica localmente tecida, para tornar-se resultado de solidariedade organizacional."

¹⁶ Poderíamos exemplificar com as diferentes demandas de mão de obra entre a produção de soja e a de frutas tropicais, ambas voltadas para exportação. Enquanto a primeira tem a produção e colheita quase totalmente mecanizada, a de frutas tropicais (como melão ou uva), que demandam mais cuidados com os tratamentos culturais, assim como a colheita é realizada na sua quase totalidade de forma manual. Isto afeta diretamente, entre outros, no mercado de trabalho agrícola ou no comércio de máquinas e implementos mecânicos da região na qual se dá a produção.

pouquíssima ou nenhuma ingerência política efetiva sobre as respectivas produções agrícolas e agroindustriais nelas ocorridas.

A configuração da Região Produtiva do Agronegócio não respeita os limites político-administrativos oficiais e, assim, é bastante comum uma mesma RPA ser formada por municípios de diferentes Estados.¹⁷ Algumas dessas delimitações, muito embora não existam oficialmente, são reconhecidas pelas populações locais e empresas atuantes nas respectivas áreas.

Para chegar, portanto, à definição do recorte espacial preciso de uma RPA, é necessário cuidado, até porque, em face da dinâmica dos processos adjacentes, sua delimitação sofre mudanças permanentemente. Mesmo que assim não fosse, é sempre difícil, no início de uma pesquisa sobre estas regiões, saber exatamente quais os limites a serem considerados para ela, já que só os estudos e pesquisas é que efetivamente mostrarão seu desenho mais preciso.

Na nossa compreensão, diante do exposto até o momento, o estudo das RPAs não se restringe ao âmbito da Geografia Agrária, mas demanda e perpassa vários outros campos, entre outros, a Geografia Econômica, da Geografia Urbana, da Geografia Regional, da Economia Espacial, da Sociologia Rural etc., o que o torna, conseqüentemente, bastante complexo.

Para finalizar a qualificação de um dos principais problemas abordados neste artigo, destacamos que para o estudo das RPAs valorizamos o diálogo com os estudiosos do espaço agrário brasileiro, com aqueles que investigam os espaços urbanos não metropolitanos, especialmente as cidades médias, assim como com os estudiosos dos processos de (re)estruturação urbano-regional, reconhecendo as respectivas contribuições para o desenvolvimento de noções, teorias e conceitos sobre os processos e dinâmicas socioespaciais emergentes no território brasileiro de maneira geral.

É mister reconhecer também a existência de especificidades nas formas de produção e apropriação do espaço agrícola e urbano nas diferentes Regiões Produtivas do Agronegócio. Todas merecem atenção num país de grandes dimensões e diversidade regional como o Brasil. Dessa maneira, os estudos basilares das pesquisas que deram origem ao presente texto refletem o caminho que vem sendo trilhado e, ao mesmo tempo, mostram haver muito ainda a ser feito para podermos, efetivamente, conhecer melhor as mudanças em curso nos papéis desempenhados pelos espaços agrícolas, urbanos e regionais componentes das RPAs, à medida que se amplia o movimento de ocupação do território brasileiro, de forma mais articulada, à economia internacional.¹⁸

¹⁷ Entre os exemplos temos o do que reconhecemos como uma região produtiva do agronegócio de frutas, principal produtora de melão do país, formada por municípios tanto do Ceará quanto do Rio Grande Norte, que tem na cidade média de Mossoró (RN) sua principal centralidade urbana. Já realizamos alguns estudos sobre esta região, assim como orientamos alguns trabalhos de pós-graduação. Sobre o tema poderia ser visto, entre outros, Elias e Pequeno (2010), que sintetiza pesquisa realizada pela Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), que coordenamos juntamente com a professora Maria Encarnação Sposito (UNESP/PP), no âmbito do edital Casadinho, do CNPq. Nesta pesquisa, que abarcou várias cidades médias no Brasil, ficamos responsáveis pelos estudos sobre a cidade de Mossoró, tarefa que dividimos com Renato Pequeno (Universidade Federal do Ceará).

¹⁸ Em Elias (2013) pode ser visto uma proposta metodológica para o estudo de uma RPA.

REDE URBANA FUNCIONAL AO AGRONEGÓCIO GLOBALIZADO

Enquanto o dinamismo econômico associado ao agronegócio globalizado promove rápido e complexo incremento da divisão social e territorial do trabalho, paralelamente às metamorfoses do espaço agrícola temos crescimento da urbanização, das cidades, assim como a (re)estruturação destas.

Internamente à RPA, observa-se, utilizando Corrêa (2006), a existência de hierarquia urbana e especialização funcional. Na nossa percepção, então, podemos falar de uma rede urbana funcional ao agronegócio, de uma hierarquia regional de cidades. Nesta, a centralidade urbana, econômica e política é, em muitos casos, exercida por uma cidade média.

Resgatando e adaptando Maria Encarnação Sposito quando trata das cidades médias, pensamos que poderíamos dizer que as cidades de porte médio que exercem centralidade urbana em uma RPA fornecem as melhores possibilidades para os estudos sobre as novas relações campo-cidade na atualidade no Brasil. Por sua vez, as cidades nas RPAs crescem por vários motivos, entre eles pela transferência de parte da renda de alguns dos ramos associados ao agronegócio para a cidade. Os lançamentos de loteamentos urbanos em áreas de antigas fazendas são só um exemplo e estão presentes em todas as principais cidades de uma RPA.

Tem sido recorrente, também, ocorrerem alterações em relação à centralidade urbana exercida na escala da RPA, sendo frequentes as transferências de liderança entre as cidades, com alterações na divisão territorial e social do trabalho. Da mesma forma, é comum que a centralidade urbana em uma RPA seja exercida por duas cidades, uma de porte médio e uma menor. Esta, em alguns casos, já resultado do processo de fragmentação territorial internamente a própria RPA, fruto do acirramento da divisão do trabalho, da mesma forma que das disputas de poder econômico e político por parte dos principais agentes do agronegócio, com intuito de buscar consolidar o próprio território.

Para ilustrar, poderíamos mencionar algumas regiões produtivas do agronegócio comandadas por cidades de porte médio, tais como Passo Fundo (RS), Dourados (MS), Uberlândia (MG), Sinop (MT), todas fortemente alicerçadas na produção e transformação de grãos, particularmente soja, e mais recentemente uma significativa produção de cana-de-açúcar e álcool combustível. Com destaque nesta produção, podemos incluir a RPA comandada por Ribeirão Preto (SP), com grande realce para a produção de cana-de-açúcar e laranja e, respectivamente, produção de açúcar, álcool combustível e suco concentrado, além de todo maquinário para as agroindústrias sucroalcooleiras.

Considerando somente a região Nordeste, desde a década de 1990 de forma efetiva, poderíamos citar algumas regiões produtivas do agronegócio, sejam associadas à produção de grãos (soja, algodão, café e milho) ou a produção de frutas tropicais, todas voltadas à exportação. Uma destas associadas à produção de frutas seria formada notadamente por municípios das microrregiões de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), nacionalmente conhecida por ser um dos primeiros vales úmidos do Nordeste ocupado pela produção intensiva de frutas tropicais, sobretudo uva, cuja gestão se faz a partir de Petrolina (PE).¹⁹

Outra região produtiva do agronegócio que consideramos existente no Nordeste brasileiro está associada à produção intensiva de grãos nos cerrados, especialmente soja. Abrangia a princípio o oeste da Bahia, mas depois se estendeu para o sul do Maranhão e o sul do Piauí e mais

¹⁹ Uma segunda região vinculada à produção de frutas é a que já mencionamos que reúne municípios do Ceará e do RN.

recentemente já atinge partes do Estado do Tocantins. Embora a soja seja processada com vistas à produção de farelo e ração animal, destinada à exportação, a gama de outros subprodutos é grande, com a liderança do óleo comestível. A região é também a segunda maior produtora de algodão, e nela ocorre o beneficiamento primário da pluma.

Toda essa região é comandada de forma oligopsônica pelas multinacionais Cargill e Bunge, em especial, entre as mais importantes multinacionais atuantes no agronegócio globalizado no Brasil, e mais recentemente também pela ADM, Amaggi & LCD e Multigran, entre outras. Com o incremento da produção e esmagamento de grãos, formaram-se ou chegaram outras poderosas empresas e grupos, os quais atuam tanto na produção agrícola quanto na agroindustrial.²⁰

É desta RPA da soja nos Cerrados do Nordeste que nos vem um dos exemplos emblemáticos do binômio - cidade média e do que chamamos de cidade do agronegócio (ELIAS, 2006a,b,c, 2007, 2010) no comando de uma RPA, respectivamente Barreiras, que exerce os papéis mais clássicos de uma cidade de porte médio, e Luís Eduardo Magalhães, claramente uma *cidade do agronegócio*, como já destacamos em pesquisas anteriores (Elias, 2006c).²¹ Assim, ambas têm papel de destaque na região e atendem, em diferentes graus, às necessidades mais básicas tanto da população quanto dos principais agentes do agronegócio atuantes regionalmente.²²

Em outras RPAs, o processo de divisão social e territorial do trabalho já é tão acirrado que pensar nesta explicação tendo duas cidades como centros de gestão não é suficiente, tal como ocorre com a região que abrange as cidades do eixo da BR 163 em Mato Grosso, tendo Sinop como a cidade de porte médio, mas também Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum. Teríamos que realizar algumas pesquisas para melhor compreender como se dá a divisão do trabalho entre elas.

No caso da cidade de porte médio, o mais comum é desempenhar papéis clássicos de uma cidade deste porte, concentrando a maior parte dos comércios e serviços, sobretudo no que concerne ao consumo consumptivo (SANTOS, 1988; ELIAS, 2003), voltado as demandas da população, além de ser a cidade que reúne as sedes das representações dos órgãos estaduais e federais. Entre as cidades de menor porte, por sua vez, é comum encontrar exemplos do que chamamos (ELIAS, 2006a,b,c, 2007, 2010) de cidade do agronegócio.²³ Ambas cidades têm papel de destaque em uma RPA e atendem, em diferentes graus, às necessidades mais básicas tanto da população quanto dos principais agentes do agronegócio atuantes regionalmente.

As primeiras já se encontram em estágio mais avançado de urbanização da sociedade e do território. Desta forma, concentram o oferecimento de alguns serviços públicos, como de saúde e educação. As cidades menores, por sua vez, utilizando-nos do que consideramos como ponto central para a definição de uma cidade do agronegócio - qual seja, a hegemonia das funções de

²⁰ Nessa RPA, a Bunge possui planta industrial em Luís Eduardo Magalhães (BA) e Uruçuí (PI). A Cargill encontra-se instalada em Barreiras (BA). Com o incremento da produção e esmagamento de grãos, formaram-se ou chegaram outras poderosas empresas e grupos à região, os quais atuam tanto na produção agrícola quanto na agroindustrial de todo o complexo carne-grãos. Pelo poder que exercem em toda a região, citamos os grupos Horita, Busato, Franciosi, Vanguarda Agro, Coringa, Mauricea Alimentos, Fri-Barreiras, Frango de Ouro, entre outros.

²¹ Uma questão de pesquisa sobre essa região diz respeito a saber se já poderíamos ou não indicar um certo processo de fragmentação com a formação de uma outra região comandada a partir de Balsas (MA), a qual realizaria a gestão do sul do Maranhão e do sul do Piauí ou se estas ainda estão polarizadas por Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

²² Sobre Barreiras e Luis Eduardo Magalhães pode ser visto Pequeno e Elias, 2015.

²³ Baseando-nos no que Santos chamou de cidades do campo, noção que utilizamos por algum tempo, mas que na última década preferimos substituir por cidades do agronegócio.

atendimento às demandas do agronegócio globalizado sobre as demais funções exercidas pela cidade, denotando-se forte especialização da economia urbana-, sobressai na RPA pelo oferecimento dos mais modernos produtos e serviços especializados demandados pelas atividades agrícolas e agroindustriais intensivas de uma RPA, destacando-se o consumo produtivo do agronegócio.²⁴

Neste particular, as cidades do agronegócio ultrapassam em vários aspectos as cidades de porte médio com as quais dividem a centralidade da região. Destaca-se, por exemplo, por possuírem os mais importantes comércios e serviços inerentes ao consumo produtivo do agronegócio (ELIAS, 2003, 2010; ELIAS e PEQUENO, 2010), das sementes geneticamente modificadas, passando pela aviação agrícola, pelos cursos técnicos e superiores para formação de mão de obra especializada, pelos serviços de logística etc.

Se, como diz Carlos (2004), a cidade é a materialização das condições gerais de reprodução do capital, ao nosso ver, a cidade do agronegócio é, ela própria, forma, processo e função (SANTOS, 1985) para a reprodução do capital do agronegócio globalizado e, assim, uma força produtiva para a reprodução deste (ELIAS, 2007). Seria, então, um exemplo emblemático de cidade que existe como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerente à expansão da economia e da sociedade do agronegócio globalizado, determinante para a produção do seu espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que a leitura do presente texto suscite em alguns dos leitores o interesse em pesquisar um ou partes dos temas e/ou processos aqui trabalhados, os quais demandam ainda muita reflexão para melhor compreendermos as economias, as sociedades e os territórios do agronegócio no Brasil. As dinâmicas socioespaciais no Brasil no último meio século são de grande velocidade e complexidade e as tentativas de compreensão da realidade necessitam acompanhar este dinamismo.

É importante também ressaltar a inviabilidade de continuarmos a considerar apenas as antigas relações campo-cidade, assim como as relações hierárquicas clássicas da rede urbana e das divisões regionais para compreender o Brasil do presente. Por ora o importante é salientar aqui que a realidade deve ser explicada de forma mais elaborada ao invés de simplesmente continuar dividindo o Brasil da forma clássica, entre urbano e rural ou campo e cidade. Pensamos que uma das possibilidades é considerar uma divisão que possa ser mais palatável para capturar os novos processos de urbanização e de regionalização que se dão associados à economia e à sociedade do agronegócio globalizado.

Para finalizar, fazemos alguns destaques. Em primeiro lugar, os estudos que alicerçam este texto refletem um caminho que vem sendo trilhado e que está longe de se esgotar. Ainda há muito o que fazer para podermos, efetivamente, conhecer melhor as mudanças em curso nos papéis desempenhados pelos espaços agrícolas, urbanos e regionais componentes do agronegócio globalizado, à medida que se amplia o movimento de ocupação do território brasileiro, de forma mais articulada, à economia internacional.

²⁴ Sobre estudos mostrando o consumo produtivo do agronegócio pode ser visto Elias, 2003, 2015 e Elias e Pequeno, 2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARLOS, A. F. A. *O Espaço Urbano*. Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2004. 154p.
- CHENAIS, Francois (org.). *A mundialização financeira*. Gênese, custos e riscos. SP: Xamã, 1998.
- CORRÊA, R. L. Inovações espaciais urbanas – algumas reflexões. *Cidades*, n. 11, v. 7, 2010.
- DELGADO, G. da C. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. SP, Ícone/Ed. UNICAMP, 1985.
- ELIAS, Denise. Regiões produtivas do agronegócio: notas teóricas e metodológicas. In: BERNARDES, J. A.; SILVA, C. A. Da; ARRUZZO, R. C. (Orgs.). *Espaço e energia*. Mudanças no paradigma sucro-energético. RJ: Lamparina, 2013, p. 201-220.
- ELIAS, Denise. Redes agroindustriais e urbanização dispersa no Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. XII, p. 74-96, 2008.
- ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. Â. (Orgs.). *Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 49-66.
- ELIAS, Denise. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.; SOBARZO, O. (Orgs.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006a, p. 279-303.
- ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. *Scripta Nova*. Barcelona / Espanha, v. 1, p. 59-81, 2006b.
- ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.; PEQUENO, R. (Orgs.). *Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais*. Fortaleza: BNB, 2006c, p. 25-82.
- ELIAS, Denise. *Globalização e Agricultura*. SP: EDUSP, 2003.
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. *GEOgraphia* – Ano. 17 – Nº 35 - Dossiê – 2015 (p.10-39).
- ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamentos das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E.; ELIAS, D; SOARES, B. R. (Orgs.). *Agentes econômicos, reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARTINS, J.S. *Expropriação e violência*. SP: Hucitec, 1980.
- OLIVEIRA, A. U. de. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. De; MARQUES, M. I. M. (Orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização*. SP: Hucitec, 2000.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SANTOS, M. (ELIAS, Denise). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (Orgs.). *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, M. *O Espaço Dividido*. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- SILVEIRA, R. L. L. da. Complexo agroindustrial, rede e território. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. da. *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005, p. 11-28.
- SPOSITO, M. E. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. *Revista de Geografia*. São Paulo, v. 35, p. 51-62, 2010a.
- SPOSITO, M. E. Formas espaciais e papéis urbanos: as novas qualidades da cidade e do urbano. *Cidades*. Presidente Prudente, v. 7, p. 125-147, 2010b.